

ITEM 2.4 – RELATÓRIO DE GESTÃO - 2014



**AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

- AGÊNCIA REGULADORA PCJ -

RELATÓRIO DE GESTÃO

2014

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	2
2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL	3
3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES	4
4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	5
5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
6 - ESTRUTURA FUNCIONAL	7
7 - ESTRUTURA FÍSICA	8
8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES	9
8.1 - Programa Desenvolvimento Institucional	10
8.2 - Programa Administração e Finanças	11
8.3 - Programa de Regulação	12
8.4 - Programa de Fiscalização	13
8.5 - Resíduos Sólidos	15
8.6 - Ouvidoria	16
8.7 - Divulgação Institucional	18
8.8 - Prêmio	18
9 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO	19
9.1 - Orçamento Anual - 2014	19
9.2 - Balanço Orçamentário	20
9.3 - Balanço Financeiro	21
9.4 - Balanço Patrimonial	22
9.5 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais	23
10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2014

1 - INTRODUÇÃO

A ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ), é associação pública, criada na forma de consórcio público, como pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração indireta de todos os municípios consorciados.

Sua criação foi um marco para a região, pois nasceu da vontade de prefeitos e de dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 e com apoio do Consórcio PCJ tornou possível viabilizar a sua instalação.

Os objetivos da ARES-PCJ estão voltados para a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, através da gestão associada de serviços públicos, nos municípios associados; verificar e acompanhar o cumprimento dos planos de saneamento básico; fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas e preços públicos dos serviços de saneamento básico; homologar, regular e fiscalizar os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico; editar normas e regras, etc.

A ARES-PCJ encerrou o Exercício de 2014 com atuação em 46 municípios associados, sendo 40 municípios consorciados, que estão descritos no Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público, e também em 6 municípios conveniados, que são atendidos através de Convênio de Cooperação.

Assim, para que produza os devidos efeitos legais, de publicidade e transparência, a Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ apresenta o Relatório de Gestão - 2014, com objetivo de demonstrar as principais atividades e ações desenvolvidas, e também a prestação das contas, através dos balanços orçamentário, contábil e financeiro, relativos ao Exercício de 2014.

2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

NOME FANTASIA / SIGLA

Agência Reguladora PCJ / ARES-PCJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

13.750.681/0001-57

NATUREZA JURÍDICA

Associação Pública

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Consórcio Público de Direito Público Interno.

FINALIDADE

Regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados.

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

ENDEREÇO

Rua Sete de Setembro, nº 751 - Centro - Americana - SP

TELEFONE / FAX

(19) 3601-8962 / 3601-8965

ENDEREÇO ELETRÔNICO

arespcj@arespcj.com.br

PÁGINA NA INTERNET

www.arespcj.com.br

NORMAS LEGAIS

Constituição Federal de 1988 - Art. 241 (NR - Emenda Constitucional nº 19/1998)

Lei Federal nº 11.107/2005 - Lei dos Consórcios Públicos e Decreto nº 6.017/2007

Lei Federal nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico e Decreto nº 7.217/2010

Protocolo de Intenções (convertido em Contrato de Consórcio Público) e Estatuto Social

REPRESENTANTE LEGAL

Vicente Rigitano - Prefeito de Corumbataí e Presidente da ARES-PCJ

PERÍODO DE MANDATO

De 01/04/2013 a 31/03/2015

3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2014, estava constituída por 46 (quarenta e sete) Municípios Associados, sendo 40 (quarenta) Consorciados e 6 (seis) Conveniados. Os Municípios Consorciados possuem Leis de Ratificação do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, enquanto os Municípios Conveniados possuem Leis Autorizativas para assinatura de Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora PCJ.

3.1 - MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:

MUNICÍPIO CONSORCIADO	LEI DE RATIFICAÇÃO
Águas de São Pedro	1.589/2011
Americana	5.460/2013
Amparo	3.767/2014
Analândia	1.710/2011
Araras	4.679/2014
Artur Nogueira	3.006/2010
Atibaia	3.954/2010
Campinas	14.241/2012
Capivari	3.755/2010
Charqueada	1.373/2011
Cordeirópolis	2.677/2010
Corumbataí	1.416/2010
Cosmópolis	3.324/2010
Hortolândia	2.645/2010
Ipeúna	926/2010
Iracemápolis	1.844/2010
Itatiba	4.322/2011
Jaguariúna	2.029/2010
Jundiaí	8.266/2014
Limeira	5.157/2013

MUNICÍPIO CONSORCIADO	LEI DE RATIFICAÇÃO
Louveira	2.320/2013
Mogi Mirim	5.030/2010
Mombuca	1.280/2010
Monte Alegre do Sul	1.574/2011
Nova Odessa	2.611/2012
Paulínia	3.222/2011
Pedreira	3.077/2010
Piracaia	2.564/2010
Piracicaba	7.371/2012
Rafard	1.595/2013
Rio Claro	4.129/2010
Rio das Pedras	2.662/2011
Salto	3.250/2014
Santa Bárbara d'Oeste	3.383/2012
Santa Maria da Serra	1.168/2011
Santo Antônio de Posse	2.543/2010
São Pedro	3.041/2013
Sumaré	5.410/2012
Valinhos	4.671/2011
Vinhedo	3.570/2013

3.2 - MUNICÍPIOS CONVENIADOS:

MUNICÍPIO CONVENIADO	LEI AUTORIZATIVA
Araraquara	8.178/2014
Cerquillo	3.113/2014
Itirapina	2.653/2013

MUNICÍPIO CONVENIADO	LEI AUTORIZATIVA
Leme	3.323/2013
Pirassununga	4.594/2014
Tietê	3.437/2014

4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A Agência Reguladora PCJ possui as seguintes Diretrizes Estratégicas:

4.1 - MISSÃO

Regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, com base em normas e indicadores que garantam sua excelência e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público.

4.2 - VISÃO

Ser um consórcio público de referência na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, reconhecido pela competência de seus colaboradores, cooperação institucional, inovação e comprometimento com a qualidade de vida da população.

4.3 - VALORES

Responsabilidade, ética, eficiência, eficácia, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.

4.4 - OBJETIVOS

Realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos municípios consorciados e conveniados.

4.5 COMPETÊNCIAS

Exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios consorciados e conveniados, dentre elas:

- A edição de regulamento, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei federal nº 11.445/2007;
- O exercício de fiscalização e do poder de polícia relativo aos serviços públicos mencionados, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais, bem como em casos de intervenção e retomada da operação dos serviços delegados, conforme condições previstas em leis e em documentos contratuais;
- A análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos, bem como a elaboração de estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;
- A fixação, o reajuste de taxas e tarifas relativas aos serviços públicos de saneamento básico prestados nos Municípios consorciados.

5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência e Agência Reguladora, além de contar com o apoio dos Conselhos Municipais de Regulação e Controle Social.



5.1 - ASSEMBLEIA GERAL

É a instância deliberativa máxima do Consórcio Público Agência Reguladora PCJ, composta pelos prefeitos dos municípios consorciados, todos com direito a voto, e pelos prefeitos dos municípios conveniados.

5.2 - PRESIDÊNCIA

A Presidência da ARES-PCJ é órgão deliberativo composto por: Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, para mandato de dois anos.

a) MANDATO 2014-2015

Os membros da Presidência da ARES-PCJ - Gestão 2014/2015, compreendida pelo período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, são:

- **Presidente:** Vicente Rigitano - Prefeito de Corumbataí
- **1º Vice-Presidente:** Antônio Fernandes Neto - Prefeito de Cosmópolis
- **2º Vice-Presidente:** Antônio Meira - Prefeito de Hortolândia

5.3 - AGÊNCIA REGULADORA

A Agência Reguladora é órgão executivo da ARES-PCJ, composta por: Diretoria Executiva (Diretoria Geral, Diretoria Técnica-Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira) Procuradoria Jurídica e Ouvidoria.

5.4 - CONSELHOS DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos, de apoio à Agência Reguladora PCJ, criados em cada município associado e são compostos por representantes de diversos segmentos ligados aos serviços públicos de saneamento básico e à sociedade civil, indicados pelo Prefeito Municipal.

6 - ESTRUTURA FUNCIONAL

A equipe da Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2014, estava composta por 15 (quinze) colaboradores e 6 (seis) estagiários, lotados nos seguintes setores:

6.1 - DIRETORIA GERAL

Dalto Favero Brochi (Diretor)

6.2 - DIRETORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

Carlos Roberto Belani Gravina (Diretor)

a) COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Daniel Manzi (Coordenador)

Ludimila Turetta (Analista)

Fernando Girardi de Abreu (Analista)

Marcelo Oliveira Santos Bacchi (Analista)

Lia Matelli Garcia (Analista)

Mayara Fernanda Ganassim (Estagiária)

Nathalia Blanco Gaiarim (Estagiária)

Melissa Aleixo da Silva (Estagiária)

Glauber Pittoli (Estagiário)

6.3 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Carlos Roberto de Oliveira (Diretor)

Juliana Alcorta Furlan (Estagiária)

a) COORDENADORIA DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA

Lucas Candido dos Santos (Analista)

Geyse Renata Zonzini (Analista)

b) SECRETARIA GERAL

Paulo de Oliveira Matos Junior (Coordenador)

Laís Nonato da Costa (Assistente)

Maria Aparecida da Costa G. M. Stefanini (Auxiliar)

6.4 - PROCURADORIA JURÍDICA

Newton Garcia Faustino (Procurador)

Carlos Roberto de Oliveira (Procurador – licenciado exercendo cargo de Diretor)

6.5 - OUVIDORIA

Iuri Domarco Botão (Ouvidor)

Nicole Stigert (Estagiária)

7 - ESTRUTURA FÍSICA

A Agência Reguladora PCJ possui 3 (três) unidades físicas.

7.1 - SEDE - AMERICANA

A sede da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ, está localizada no município de Americana / SP, na Rua Sete de Setembro, nº 751 - Centro.

Na sede da ARES-PCJ estão lotados 12 (doze) colaboradores e 4 (quatro) estagiários e estão centralizadas as atividades e ações técnicas e administrativas relativas à regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto, além da procuradoria e ouvidoria.

7.2 - ESCRITÓRIO REGIONAL - PIRACICABA

Localizado no Centro Empresarial Balamint, na Rua Dr. Paulo de Moraes, nº 555 – Sala 21 – Bairro Paulista – Piracicaba / SP.

No Escritório Regional - Piracicaba estão 2 (dois) analistas e 1 (uma estagiária) e são desenvolvidas atividades voltadas à fiscalização dos serviços de água e esgoto e de limpeza pública, além do acompanhamento das atividades das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs).

7.3 - ESCRITÓRIO REGIONAL - CAMPINAS

Localizado no Centro Empresarial Conceição, na Rua Conceição, nº 233 – Sala 1206 – Centro – Campinas / SP.

No Escritório Regional - Campinas está 1 (um) analista e 1 (uma) estagiária e são desenvolvidas atividades voltadas à fiscalização dos serviços de água e esgoto e acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES

No Exercício de 2014, através da gestão associada de serviços públicos, a Agência Reguladora PCJ desenvolveu atividades de regulação e fiscalização nos municípios associados (consorciados e conveniados), além de ações de fortalecimento institucional, capacitação dos colaboradores e prestadores, dentre outras, conforme Programa Anual de Trabalho - 2014, aprovado na 5ª Assembleia Geral da ARES-PCJ.

O Programa Anual de Trabalho - 2014 foi elaborado pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ e dividido em: Programa, Subprograma e Projeto, conforme o quadro abaixo.

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	PROJETO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Organização Institucional	Gestão e Fortalecimento
		Sede Própria
	Capacitação e Treinamento	Atualização em Regulação
		Aprender e Ensinar
	Cooperação Institucional	Agências Parceiras
	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Recursos Humanos
Contabilidade e Finanças		Caixa Forte
		Auditoria Externa
Contabilidade Regulatória		Contas Abertas
REGULAÇÃO	Apoio ao Prestador	Boas Práticas
	Normas e Regulamentos	Normatizar e Crescer
		Tarifa Justa
FISCALIZAÇÃO	Indicadores de Desempenho	Eficácia com Eficiência
	Planos de Saneamento	Saneamento que Queremos
	Visitas e Inspeções	Olho Vivo
		Qualidade Total

8.1 - PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este programa visa o fortalecimento institucional da Agência Reguladora PCJ, fundamental nesse período inicial das atividades, considerando que a regulação do setor de saneamento é recente e que a própria ARES-PCJ se encontra em fase de estruturação. O programa possui 3 (três) Subprogramas: Organização Institucional, Capacitação e Treinamento e Cooperação Institucional.

a) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Este subprograma visa estritamente a organização e estruturação interna da Agência Reguladora PCJ. Possui 2 (dois) projetos:

PROJETO GESTÃO E FORTALECIMENTO

Objetivo: Implantação e manutenção da administração geral da ARES-PCJ, incluindo a contratação de funcionários, estruturação da parte física, aquisição de bens, equipamentos e materiais, dentre outras. Essas são atividades e ações contínuas.

Ações realizadas em 2014: Contratação de funcionários: 2 (dois) Analistas de Fiscalização e regulação, 1 (uma) Assistente Administrativo e 1 (uma) Auxiliar de Serviços Gerais; foram adquiridos: 1 (um) veículo (Fiat Doblô), equipamentos de informática (computadores e impressoras), e materiais de consumo, de manutenção e de divulgação institucional.

PROJETO SEDE PRÓPRIA

Objetivo: Adquirir ou construir a sede da entidade. Em março de 2014, durante a 6ª Assembleia Geral, foi apresentada proposta de aquisição de dois imóveis conjuntos (prédio e terreno), porém a proposta foi rejeitada.

Ações realizadas em 2014: Não foi adquirido nenhum imóvel. A ARES-PCJ mudou sua sede para outro local mais amplo, em imóvel alugado que precisou de adequações.

b) CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

Este subprograma visa o aprimoramento profissional dos colaboradores da Agência Reguladora PCJ. Possui 2 (dois) projetos:

PROJETO ATUALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO

Objetivo: Estimular a participação de funcionários da ARES-PCJ em seminários e congressos técnicos nacionais e internacionais, a fim de obterem atualizações em assuntos diretamente relacionados à regulação do setor de saneamento.

Ações realizadas em 2014: Participação no Congresso da IWA e ABES, Fórum Internacional de Reguladores, Assembleias da ABAR e da ASSEMAE, Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR), Seminário do Centro de Vigilância Sanitária.

PROJETO APRENDER E ENSINAR

Objetivo: Promover a capacitação de funcionários, através de participação em cursos e treinamentos.

Ações realizadas em 2014: Participação no curso de Custos e Tarifas, curso sobre Ouvidoria,

c) COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Este subprograma visa promover o intercâmbio de experiência com outras entidades reguladoras do setor de saneamento. Possui 1 (um) projeto:

PROJETO AGÊNCIAS PARCEIRAS

Objetivo: Trocar experiências e informações na área de saneamento com outras agências reguladoras nacionais e internacionais.

Ações realizadas em 2014: Reuniões de trabalho com representantes da ERSAR - Portugal, ARIS, AGIR, ARSAL, ATERSIR - Itália, além de contatos com outras entidades reguladoras, no âmbito da ABAR.

8.2 - PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Este programa engloba as questões administrativas e financeiras da Agência Reguladora PCJ, e as ações necessárias para a valorização dos funcionários, o controle das finanças e também a contabilidade da entidade e regulatória. O Programa Administração e Finanças possui 3 (três) Subprogramas: Recursos Humanos, Contabilidade e Finanças e Contabilidade Regulatória.

a) RECURSOS HUMANOS

Este subprograma visa a valorização dos colaboradores da Agência Reguladora PCJ. Possui 1 (um) projeto:

PROJETO NOSSA FORÇA

Objetivo: Estimular a qualificação profissional e valorizar os funcionários da ARES-PCJ com a participação em cursos, palestras, simpósios e congressos específicos nas áreas de atuação.

Ações realizadas em 2014: curso sobre planos municipais de saneamento, capacitação em licitações e pregão, certificação de ouvidoria, congresso de comunicação, curso de introdução à regulação, curso de atualização em contabilidade e curso sobre infraestrutura e parcerias público-privadas. Ofereceu-se, como diferencial, ainda, curso de inglês individual, nas modalidades online e presencial.

b) CONTABILIDADE E FINANÇAS

Este subprograma tem como finalidade atuar no controle orçamentário e nas rotinas contábeis da ARES-PCJ, além de dar suporte à regulação econômica dos entes associados, acompanhando os pedidos de reajustes e revisões de tarifas e indicadores econômicos de eficiência dos prestadores, sempre visando à modicidade da tarifa praticada nos serviços de saneamento fiscalizados. Possui 2 (dois) projetos:

PROJETO CAIXA FORTE

Objetivo: Garantir a solidez e sustentabilidade econômica e financeira do nosso consórcio público, primando pelo aumento da nossa eficiência e otimização dos recursos provenientes da taxa de regulação proveniente de nossos associados.

Ações realizadas em 2014: Amplo processo de captação de novos municípios através de adesão ao nosso Protocolo de Intenções e busca de parcerias para prestação de serviços por conveio de cooperação, que resultou no aumento significativo de municípios regulados e possibilitou a redução da taxa de regulação do valor original de 0,5% do faturamento do prestador para 0,4% do seu faturamento.

PROJETO AUDITORIA EXTERNA

Objetivo: Este subprograma visa dar transparência às contas da ARES-PCJ e estabelecer estratégias e ações para a regulação econômica dos serviços públicos de saneamento básico vinculados à ARES-PCJ.

Ações realizadas em 2014: Para dar transparência e credibilidade à execução orçamentária da ARES-PCJ, em complemento à fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi contratada empresa especializada em auditoria pública para avaliar e emitir parecer independente sobre as contas da entidade.

c) CONTABILIDADE REGULATÓRIA

Este subprograma tem por objetivo conhecer os sistemas contábeis, econômicos e financeiros dos prestadores dos serviços de saneamento dos municípios associados à ARES-PCJ, visando a regulação contábil, em apoio nas análises de reajustes e revisões tarifárias. Possui 1 (um) projeto:

PROJETO CONTAS ABERTAS

Objetivo: Acompanhar os sistemas contábeis dos prestadores dos serviços de saneamento.

Ações realizadas em 2014: Aplicação de curso sobre custos e tarifas, contratação de consultoria econômica para apoio em revisões tarifárias de parcerias público-privadas, ações de redimensionamento de estrutura e apoio técnico para atividades de avaliação e projeções de pedidos de reajustes e revisões de tarifas dos municípios consorciados e conveniados. Já dentre as estratégias de regulação econômica dos municípios associados destacamos as seguintes ações de apoio técnico para a regulação econômica e contabilidade regulatória: contratação da FUNDACE/USP para apoio em revisões tarifárias de parcerias público-privadas, estudo econômico para redimensionamento das tarifas do Município de Valinhos e apoio técnico de economista para atividades de avaliação e projeções de pedidos de reajustes e revisões de tarifas dos municípios consorciados e conveniados.

8.3 – PROGRAMA DE REGULAÇÃO

Este programa engloba as questões da Coordenadoria de Regulação da área técnica e as ações necessárias para normatizar e disciplinar a prestação de serviços e o relacionamento com a Agência ARES-PCJ. Este programa possui dois subprogramas: Apoio ao Prestador e Normas e Regulamentos.

a) APOIO AO PRESTADOR

Este subprograma visa apoiar os prestadores e possui o seguinte projeto:

PROJETO BOAS PRÁTICAS

Objetivo: Difundir as metodologias e ações em nível regional, nacional e internacional, visando o aprimoramento e unificação dos prestadores.

Ações realizadas em 2014: Elaboração do modelo do contrato de prestação dos serviços, contratação de empresa para diagnóstico de vibração e termografia (manutenção preditiva) e emissão da Resolução ARES-PCJ nº 57 de 1º de julho de 2014 que estabelece as condições mínimas para operação de racionamentos.

b) NORMAS E REGULAMENTOS

Este subprograma visa atender ao artigo 23 da Lei federal nº 11.445/2011, a qual estabelece que "a entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços..." e possui dois projetos:

PROJETO NORMATIZAR E CRESCER

Objetivo: Editar normas e regulamentos de condições gerais da prestação dos serviços de forma abrangente e equânime devido à diversidade dos prestadores associados à ARES-PCJ.

Ações realizadas em 2014: Foram editadas 7 (sete) resoluções de normativas, dentre elas a Resolução ARES-PCJ nº 50/2014, que estabelece as Condições Gerais de Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

PROJETO TARIFA JUSTA

Objetivo: Identificar e estabelecer o custo unitário e a tarifa necessária no âmbito de cada prestador, conforme sua realidade. Estabelecer divulgar uma fórmula paramétrica para aplicação dos dados por ocasião dos reajustes e revisões tarifárias.

Ações realizadas em 2014: Foram editadas 28 (vinte e oito) resoluções de reajustes ou revisões tarifárias e de contratos. Foi contratada consultoria para, através de aulas práticas e teóricas, estabelecer métodos para apuração de custos e padrões de tarifas de água e esgoto. Participaram, das 8 oficinas, representantes de 70% dos municípios associados.

8.4 – PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO

Este programa engloba as questões da Coordenadoria de Fiscalização da área técnica e as ações necessárias para acompanhamento, fiscalização e avaliação dos prestadores. Este programa possui 3 (três) subprogramas: Indicadores de Desempenho, Planos de Saneamento e Visitas e Inspeções.

a) INDICADORES DE DESEMPENHO

Este subprograma visa estabelecer os principais indicadores de saneamento em parceria com a ABAR e SNIS e possui um projeto:

PROJETO EFICÁCIA COM EFICIÊNCIA

Objetivo: Este projeto tem por objetivo avaliar o desempenho dos prestadores, através de indicadores comuns de prestação dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos.

Ações realizadas em 2014: Contratação de consultoria para atuar junto a CTSan - Câmara Técnica de Saneamento, da ABAR e estabelecer os indicadores. Divulgação do Relatório de Avaliação de Desempenho 2014.

b) PLANOS DE SANEAMENTO

Este subprograma visa acompanhar e gerenciar as ações estabelecidas nos Planos de Saneamento Básico de cada município em atendimento à Lei federal nº 11.445/2007. Possui um projeto:

PROJETO SANEAMENTO QUE QUEREMOS

Objetivo: Acompanhar a realização efetiva dos investimentos relacionados nos PMSB de cada município, bem como identificar e quantificar as ações nos contratos de PPP e/ou concessões.

Ações realizadas em 2014: Participação de reuniões e assembleias públicas em 19 (dezenove) municípios e correlacionaram os investimentos previstos e suas respectivas inclusões em LOA e PPA.

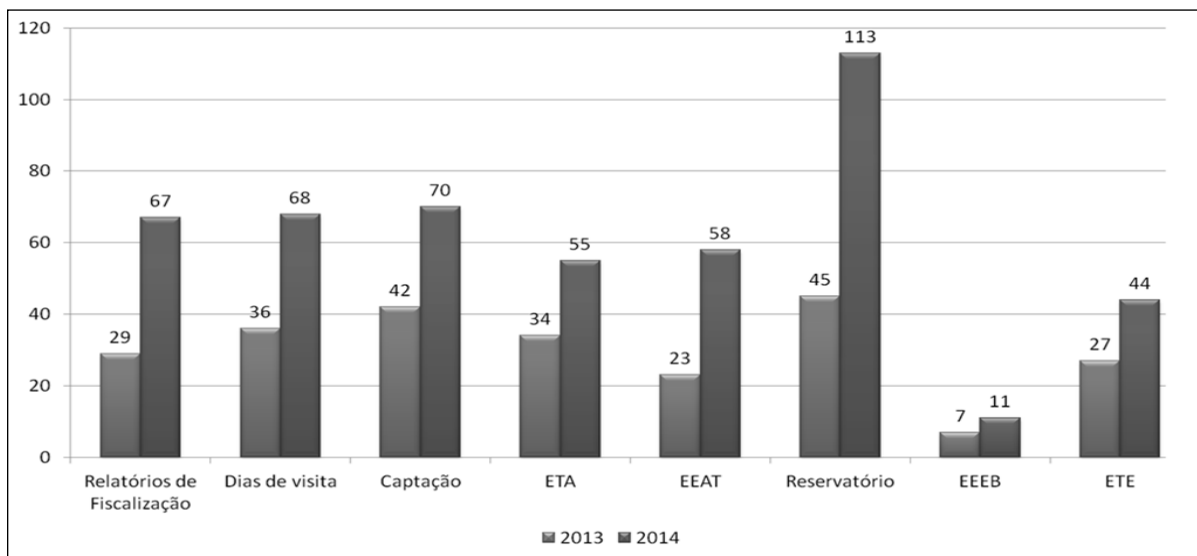
c) VISITAS E INSPEÇÕES

Este subprograma é o principal da área técnica e o cerne da Agência Reguladora PCJ. Visa diagnosticar, fiscalizar e avaliar as centrais de produção (ETAs e ETEs), além dos reservatórios e redes de das distribuições de água e coleta, afastamento de esgoto. Possui dois projetos:

PROJETO OLHO VIVO

Objetivo: Inspecionar e fiscalizar todas as instalações de todos os prestadores de serviço de saneamento, orientando e apontando os pontos de não conformidades.

Ações realizadas em 2014: foram realizados 9 (nove) novos diagnósticos e 58 (cinquenta e oito) relatórios de fiscalização e identificação de não conformidades, número significativamente superior ao realizado em 2013, conforme quadro abaixo.



PROJETO QUALIDADE TOTAL

Objetivo: Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços

Ações realizadas em 2014: Foi criado o programa de monitoramento da qualidade na prestação dos serviços. A ARES-PCJ contratou: (i) laboratório independente para qualidade da água tratada e distribuída, bem como o efluente coletado e tratado e; (ii) serviço de consultoria para monitoramento das pressões de água tratada, registradas nos cavaletes, em diversos pontos dos municípios associados.

8.5 – RESÍDUOS SÓLIDOS

A Prefeitura do Município de Piracicaba assinou Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) com a empresa Piracicaba Ambiental S/A, na modalidade de concessão administrativa para execução de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, e execução de obras da Central de Tratamento de Resíduos Palmeiras, no Município de Piracicaba.

A Agência Reguladora PCJ é anuente e interveniente desse Contrato de PPP e dessa forma realiza atividades e ações relativas à regulação e fiscalização da prestação dos serviços previstos no contrato. Em 2014 as atividades realizadas foram:

a) FISCALIZAÇÃO

Em 2014 foram realizadas 175 inspeções nas diversas atividades contratadas pela Prefeitura:

ATIVIDADES FISCALIZADAS	QUANTIDADE
- Coleta Comum Porta a Porta	9.500 ton/mês
- Varrição Manual e Mecanizada das Vias e Logradouros Públicos	9.300 km/mês
- Coleta Seletiva Porta a Porta entregue à Cooperativa do Reciclador Solidário de Piracicaba	200 ton/mês
- Cata-Cacareco	Por Agendamento

b) INSTALAÇÃO DE PAPELEIRAS E CONTAINERS

Foram realizadas 51 inspeções aos equipamentos instalados pela empresa contratada:

ATIVIDADES FISCALIZADAS	QUANTIDADE
- Instalação de Papeleiras	1.012
- Instalação de Containers	197

c) ATERRO SANITÁRIO DO PAU QUEIMADO

Foram realizadas 31 inspeções (acompanhamento de obras e visitas técnicas), nas quais se verificou o desenvolvimento do(a)s:

- Obras de recuperação dos taludes das células e drenos horizontais de percolados;
- Obras de extinção;
- Serviços de monitoramento de águas subterrâneas e percolados;
- Pesagens dos caminhões na balança;
- Atividades na Área de Transbordo dos Resíduos Sólidos.

d) PROJETO DA CTR-PALMEIRAS E ATERRO SANITÁRIO DE REJEITOS ANEXOS

Foram realizadas 15 inspeções (acompanhamento de obras e visitas), nas quais se verificou o desenvolvimento do(a)s:

- Implantação dos Prédios Administrativos e Sistema Viário Interno;
- Obras da Usina de Compostagem dos Resíduos Sólidos Orgânicos;

e) ACOMPANHAMENTO DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS DE COLETA E VARRIÇÃO

Acompanhamento das medições dos serviços de coleta e varrição do município de Piracicaba, mês a mês, ao longo do ano de 2014. Também foram realizados acompanhamentos diários da logística de transporte dos caminhões de coletas comum e seletiva e de caminhões pipa para limpeza de pisos de vias e logradouros públicos (varejões, feiras livres e terminais de ônibus) e transporte de água para apoio à implantação das obras da CTR-Palmeiras.

g) PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS

Foi contratado o Programa de Educação Ambiental voltado para Resíduos Sólidos do município de Piracicaba. Sua elaboração foi acompanhada por representantes da ARES-PCJ, da Prefeitura Municipal de Piracicaba (Secretaria de Defesa do Meio Ambiente e da Secretaria de Educação).

h) CICLO DE DEBATES – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Foi realizado no município de Piracicaba o 3º Eixo Temático do Ciclo de Debates sobre Regulação do Saneamento promovido pela ARES-PCJ, com o tema Política Nacional de Resíduos Sólidos.

i) REUNIÃO PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS À ARES-PCJ

Foi realizada, em Americana, reunião para apresentação de escopo e discussão das etapas de elaboração do diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos domésticos dos municípios associados à ARES-PCJ, que será desenvolvido ao longo do ano de 2015.

Na ocasião, os representantes dos 18 (dezoito) municípios participantes foram convidados a responder a um questionário sobre a situação dos resíduos sólidos urbanos domésticos em cada um deles para obter um panorama geral da situação, propor avanços na solução de problemas comuns e subsidiar a criação de normas de regulação destes serviços.

j) REUNIÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS

Foram realizados encontros reuniões técnicas, do Conselho de Regulação e Controle Social e audiências, com representantes da Prefeitura Municipal de Piracicaba (SEDEMA e/ou Secretaria de Educação) e/ou da Piracicaba Ambiental S/A.

8.6 – OUVIDORIA

A Ouvidoria da Agência Reguladora PCJ é responsável pelo relacionamento entre a os usuários, os prestadores dos serviços de saneamento básico e a comunidade.

Compete à Ouvidoria dirimir possíveis dúvidas e intermediar a solução de divergências, registrar reclamações e sugestões dos usuários sobre os serviços regulados e encaminhar as reclamações aos prestadores dos serviços de saneamento básico para fins de solução do problema.

a) CENTRAL DE ATENDIMENTO

Durante 2014 a Ouvidoria da ARES-PCJ recebeu 2.512 contatos de usuários dos serviços de saneamento, dos quais 170 se converteram em reclamações efetivamente registradas. Isso ocorre porque a Ouvidoria deve ser acionada somente após a tentativa de solução do problema junto ao prestador de serviços. Nos casos em que foram realizadas orientações simples de maneira verbal, ou mesmo recomendado que usuário buscasse o prestador, foi contabilizado apenas o contato.

Dentre as reclamações, a maioria foi sobre contas ou outras questões econômicas, como contestação do aumento do valor e/ou do consumo. O segundo principal motivo foi falta d'água. Também houve manifestações a respeito de novas ligações e buracos não arrumados, qualidade da água e vazamento de água, vazamento ou entupimento de esgoto e atendimento, além de solicitações com outras características e causas. A média dos prestadores no atendimento às solicitações de ouvidoria foi de 83% em 2014.

As reclamações registradas foram divididas como especificado na tabela abaixo:

RECLAMAÇÕES À OUVIDORIA - 2014	PERCENTUAL
Conta (elevada/ incorreta)	32%
Falta d'água	20%
Nova ligação	8%
Buracos não arrumados	8%
Qualidade da água	7%
Vazamento água	7%
Vazamento esgoto	5%
Atendimento	4%
Outros	10%

b) OUVIDORIA ITINERANTE

A procura pela Ouvidoria da ARES-PCJ cresceu em relação ao ano anterior. Pensando em aumentar ainda mais o conhecimento da população sobre a ARES-PCJ, teve início em outubro a **Ouvidoria Itinerante**, que leva o atendimento aos usuários às praças dos municípios associados. Em 2014 foram seis visitas, com 427 atendimentos realizados.

DATA	MUNICÍPIO	LOCAL	ATENDIMENTOS
10/09/2014	Campinas	Praça José Bonifácio	58
24/09/2014	Cerquillo	Rua Dr. Soares Hungria	53
15/10/2014	Tietê	Largo São Benedito	77
29/10/2014	Limeira	Praça Luciano Esteves	55
12/11/2014	Piracicaba	Praça José Bonifácio	101
19/11/2014	Atibaia	Praça Aprígio de Toledo	83

8.7 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A ARES-PCJ se utiliza de mídias impressas e digitais e de redes sociais para publicar e divulgar suas atividades e ações. Durante o ano de 2014 a Agência Reguladora PCJ realizou:

- Publicação: 4 edições impressas do Boletim Informativo Regulação. Foram distribuídos nos municípios associados;
- Material institucional: *pen drives*, cadernos e canetas para cursos realizados pela ARES-PCJ;
- Divulgação de releases e atendimento à imprensa regional que resultaram em 112 matérias;
- Publicação de 95 notícias no site da ARES-PCJ (www.arespcj.com.br).

8.8 - PRÊMIO

Em 2014 a Agência Reguladora PCJ conquistou o segundo lugar no **Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional**, realizado pelo Ministério da Integração Nacional.

O objetivo da premiação foi promover a reflexão acerca do desenvolvimento regional no Brasil, e na categoria específica em que a ARES-PCJ foi contemplada, foram identificadas boas práticas regionais em execução no país, no que se refere aos sistemas de gestão do desenvolvimento regional e aos bens e serviços produzidos no contexto das novas formas de organização da produção com impactos macrorregionais ou sub-regionais.

A entidade se candidatou com o relato de experiência “O fortalecimento do pacto federativo através dos consórcios públicos regionais: a experiência de criação da Agência Reguladora de Saneamento PCJ”, elaborado em conjunto pela equipe.

9 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO

9.1 - ORÇAMENTO ANUAL

Durante a 5ª Assembleia Geral Ordinária da ARES-PCJ, ocorrida no Município de Limeira / SP, em 08/11/2013, foi aprovada a Proposta de Orçamento para o Exercício de 2014, na ordem de R\$ 5.300.000,00. O Orçamento para o Exercício de 2014 foi revisado em 06/11/2014, durante a 7ª Assembleia Geral Ordinária, sendo:

AGENCIA REGULADORA PCJ (ARES-PCJ)			
ORÇAMENTO – 2014 (Revisto em 06/11/2014)			
RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
1.0 - RECEITAS CORRENTES		3.0 - DESPESAS CORRENTES	
Receita de Serviços (Taxas)	5.250.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	1.905.000,00
Regulação da Água e Esgoto	4.300.000,00	Vencimentos	1.170.000,00
Regulação dos Resíduos Sólidos	700.000,00	Obrigações Patronais	385.000,00
Programa de Educação Ambiental	250.000,00	Outras Despesas Variáveis	20.000,00
		Indenizações e Restituições	50.000,00
Receita Patrimonial	50.000,00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal	280.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários	50.000,00		
		Outras Despesas Correntes	2.465.000,00
		Diárias	80.000,00
		Material de Consumo	120.000,00
		Material de Distribuição Gratuita	290.000,00
		Serviço de Consultoria	400.000,00
		Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	100.000,00
		Locação de Mão de Obra	30.000,00
		Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	1.369.000,00
		Auxílio Alimentação	5.000,00
		Obrigações Tributárias e Contributivas	40.000,00
		Auxílio Transporte	30.000,00
		Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00
		4.0 - DESPESAS DE CAPITAL	
		Investimentos	220.000,00
		Obras e Instalações	60.000,00
		Equipamentos e Material Permanente	160.000,00
		Inversões Financeiras	500.000,00
		Aquisição de Imóveis	500.000,00
		9.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.000,00
		Reserva de Contingência	210.000,00
TOTAL GERAL	5.300.000,00	TOTAL GERAL	5.300.000,00

9.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014									
RECEITA				DESPESA					
TÍTULOS	VALOR (R\$)			TÍTULOS	VALOR (R\$)				
	Previsão	Execução	Diferença		Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Saldo
RECEITAS CORRENTES	5.300.000,00	6.470.132,78	1.170.132,78	DESPESAS CORRENTES	4.370.000,00	3.901.023,36	3.833.165,94	3.658.191,68	468.976,64
Receita Tributária	5.000.000,00	5.455.188,37	455.188,37	Pessoal e Encargos	1.895.000,00	1.721.471,45	1.721.471,45	1.610.753,13	173.528,55
Receita Patrimonial	50.000,00	699.423,99	649.423,99	Outras Desp. Correntes	2.475.000,00	2.179.551,91	2.111.694,49	2.047.438,55	295.448,09
Outras Receitas Correntes	250.000,00	315.520,42	65.520,42	DESPESAS DE CAPITAL	720.000,00	119.164,61	119.164,61	118.975,41	600.835,39
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	Investimentos	220.000,00	119.164,61	119.164,61	118.975,41	100.835,39
				Inversões Financeiras	500.000,00				500.000,00
				RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
				SUBTOTAL DAS DESPESAS	5.300.000,00	4.020.187,97	3.952.330,55	3.777.167,09	1.279.812,03
				SUPERÁVIT		2.449.944,81			
TOTAL	5.300.000,00	6.470.132,78	1.170.132,78	TOTAL	5.300.000,00	6.470.132,78	3.952.330,55	3.777.167,09	1.279.812,03

9.3 - BALANÇO FINANCEIRO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO FINANCEIRO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
INGRESSOS	VALOR EM R\$		DISPÊNDIOS	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.470.132,78	6.250.864,79	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4.020.187,97	2.469.120,97
TESOURO	6.470.132,78	6.250.864,79	TESOURO	4.020.187,97	2.469.120,97
Geral	6.470.132,78	6.250.864,79	Geral	4.020.187,97	2.469.120,97
EXTRAORÇAMENTÁRIA	722.753,41	257.393,91	EXTRAORÇAMENTÁRIA	560.047,18	237.308,15
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	243.020,88	92.169,83	RESTOS A PAGAR (PAGOS)	92.169,83	81.284,13
RP Processados - Inscrição no Exercício	243.020,88	92.169,83	Restos a Pagar Processados Pagos	92.169,83	81.284,13
DEPÓSITOS	282.279,25	165.104,88	DEPÓSITOS	270.392,73	147.904,82
Retenções, Depósitos e Cauções	282.279,25	165.104,88	Retenções de Impostos e Contribuições	270.392,73	147.904,82
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	197.453,28	119,20	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	197.484,62	8.119,20
Conforme Anexo 13A	197.453,28	119,20	Conforme Anexo 13A	197.484,62	8.119,20
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.824.371,01	2.022.541,43	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	8.437.022,05	5.824.371,01
CAIXA E BANCOS	5.824.371,01	2.022.541,43	CAIXA E BANCOS	8.437.022,05	5.824.371,01
Caixa	23,51	342,24	Caixa	876,82	23,51
Bancos Conta Movimento	327.767,34	100,00	Bancos Conta Movimento	1.070.158,24	327.767,34
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.496.580,16	2.022.099,19	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.365.986,99	5.496.580,16
TOTAL	13.017.257,20	8.530.800,13	TOTAL	13.017.257,20	8.530.800,13

9.4 - BALANÇO PATRIMONIAL

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
ATIVO	VALOR EM R\$		PASSIVO	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
ATIVO CIRCULANTE	8.445.253,39	5.832.571,01	PASSIVO CIRCULANTE	201.483,78	106.603,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.372.022,05	5.824.371,01	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E SOCIAIS	112.628,20	57.629,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	8.372.022,05	5.824.371,01	PESSOAL A PAGAR	74.307,82	38.525,63
Caixa	876,82	23,51	Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	74.307,82	38.525,63
Bancos Conta Movimento/Contas Próprias/Conta Única	1.005.158,24	327.767,34	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	38.320,38	19.104,10
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.365.986,99	5.496.580,16	INSS	23.139,25	14.044,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.231,34	8.200,00	FGTS	15.181,13	5.059,30
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	8.231,34	8.200,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO	60.463,61	32.707,02
Outros Créditos Financeiros	8.231,34	8.200,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACION. CURTO PRAZO	60.463,61	32.707,02
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	65.000,00	0,00	Fornecedores de Exercícios Anteriores	60.463,61	32.707,02
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	65.000,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	2.071,65	670,18
			OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO COM A UNIÃO	2.031,24	670,18
ATIVO NÃO CIRCULANTE	370.449,12	244.033,04	PIS/PASEP a Recolher	2.031,24	670,18
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.954,93	1.211,04	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO COM MUNICIPIOS	40,41	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	13.954,93	1.211,04	IPTU/TLP a recolher	40,41	0,00
Dívida Ativa Não Tributária - Clientes	13.954,93	1.211,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	26.320,32	15.596,70
IMOBILIZADO	356.494,19	242.822,00	VALORES RESTITUÍVEIS	26.320,32	14.433,80
BENS MÓVEIS	361.574,59	242.822,00	Consignações	26.320,32	14.433,80
Bens de Informática	54.596,90	35.850,71	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	0,00	1.162,90
Móveis e Utensílios	48.192,45	37.543,41	Indenizações e Restituições	0,00	1.162,90
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	6.862,48	833,15	TOTAL DO PASSIVO	201.483,78	106.603,63
Veículos	231.714,82	162.714,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.614.218,73	5.970.000,42
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	13.170,32	4.446,91	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
Demais Bens Móveis	7.037,62	1.433,00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-5.080,40	0,00	Patrimônio Social - Consolidação	2.766.601,85	2.766.601,85
(-) Depreciação acumulada - Bens Móveis	-5.080,40	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS	5.847.616,88	3.203.398,57
			SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	5.847.616,88	3.203.398,57
			Superávits Acumulados	5.847.616,88	3.203.398,57
TOTAL	8.815.702,51	6.076.604,05	TOTAL	8.815.702,51	6.076.604,05

9.5 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR EM R\$		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.455.188,37	5.113.451,44	PESSOAL E ENCARGOS	1.747.792,77	1.033.587,13
Taxas	5.455.188,37	5.113.451,44	Remuneração a Pessoal	1.118.561,59	586.196,30
VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS FINANC.	699.423,99	216.623,15	Encargos Patronais	341.118,55	178.579,53
Juros e Encargos de Mora	0,00	3.001,74	Benefícios a Pessoal	25.137,19	13.250,89
Remun. de Depósitos Bancários e Aplic. Financeiras	699.423,99	213.621,41	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	262.975,44	255.560,41
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	10.807,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	2.069.933,28	1.312.460,52
Transferências Intragovernamentais	0,00	807,00	Uso de Material de Consumo	337.769,96	38.420,81
Transferências de Instituições Privadas	0,00	10.000,00	Serviços	1.727.080,22	1.274.039,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS	315.520,42	207.467,10	Depreciação, Amortização e Exaustão	5.083,10	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	315.520,42	207.467,10	VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	5.227,83	0,00
			Outras Variações Patrim. Diminutivas - Financeiras	5.227,83	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	409,32	0,00
			Perdas involuntárias	409,32	0,00
			TRIBUTÁRIAS	15.295,16	10.002,47
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.711,32	4.155,85
			Contribuições	11.583,84	5.846,62
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	3.838.658,36	2.356.050,12
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	2.631.474,42	3.192.298,57
TOTAL	6.470.132,78	5.548.348,69	TOTAL	6.470.132,78	5.548.348,69

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ foi um marco para a região. A entidade nasceu da vontade dos prefeitos e dos dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da lei federal nº 11.445/2007.

A ARES-PCJ atua em âmbito regional, por isso a união dos municípios é de fundamental importância. O Exercício de 2014 foi encerrado com 46 (quarenta e seis) municípios associados e há perspectivas de ampliação desse número para o próximo ano.

Como pode ser observado neste Relatório de Gestão, a Agência Reguladora PCJ, mesmo em fase de estruturação institucional e já apresenta resultados positivos na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, notadamente em água e esgoto.

Avanços podem ser verificados nos instrumentos regulatórios emitidos pela ARES-PCJ e também na gestão institucional, com a contratação de empregados, oriundos de Processos Seletivos. Com isso ocorreu melhoria da regulação e fiscalização e no fortalecimento da governança institucional.

Os principais desafios para os próximos anos, principalmente com o aumento do número de Municípios Associados, é a melhoria contínua da regulação e fiscalização dos prestadores dos serviços, o estabelecimento de metodologia para revisões tarifárias, visando universalização dos serviços, maior eficiência e modicidade das tarifas dos serviços públicos de saneamento básico.